

## **MEMÓRIA E SÍTIOS DE CONSCIÊNCIA: DISPUTAS SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1985-2017)<sup>1</sup>**

**Resumo:** A memória social sobre a ditadura civil-militar brasileira está constantemente em disputa. A memória hegemônica em voga é crítica ao período (NAPOLITANO, 2015), consolidando a narrativa dos "anos de chumbo", nos quais toda a sociedade teria resistido bravamente às suas imposições. Partindo dessa premissa, o objetivo deste artigo é mapear as iniciativas de patrimonialização e sinalização de lugares de memória que remetam a esta época, na cidade de São Paulo, e sua transformação em sítios de consciência: espaços usados com fins pedagógicos e de reparação (BRIONES, 2015). Além disso, pretende-se analisar qual narrativa de memória sobre o regime militar esses lugares privilegiam e difundem. Este estudo é importante para a compreensão das ressignificações do passado, motivadas e influenciadas pelas demandas do presente, e identificar rupturas e continuidades nos discursos memoriais, além de quem são os atores/grupos sociais responsáveis por produzi-los.

**Palavras-chave:** memória; ditadura civil-militar; sítios de consciência

**Abstract:** The social memory about the Brazilian civil-military dictatorship is constantly in dispute. The ongoing hegemonic memory opposes itself against that time (NAPOLITANO, 2015), establishing the "years of lead" narrative, in which all society would have bravely resisted to the regime's oppressions. Thereafter, this article intends to map the patrimonialization of sites of memory initiatives, in São Paulo city, and their transformation into sites of conscience: spaces used with pedagogical and reparative purposes (BRIONES, 2015). Furthermore, we intend to analyze which narrative memory about the military regime those places privilege and disseminate. This study is important to understand the uses of the past, motivated and influenced by present demands, and identify chances in memory speeches, besides who are the social groups responsible for elaborating them.

**Keywords:** memory; civil-military dictatorship; sites of conscience

---

<sup>1</sup> Juliana Marques do Nascimento (<http://lattes.cnpq.br/6205978532666245>) é mestranda pela UFF

Artigo recebido em 04/05/2018 e aprovado em 10/07/2018

## INTRODUÇÃO

O século XX foi um período permeado por experiências traumáticas. Os horrores mais marcantes, mundialmente, vividos neste século talvez sejam vividos nas duas grandes guerras, colocando em evidência uma categoria nova de sujeito: a figura da testemunha. A revalorização dos relatos em primeira pessoa foi crucial, pois proporcionou a essas testemunhas a possibilidade de falar sobre as mazelas por elas vividas, o que, no caso da escrita da história, permitiu uma mudança no ponto de vista sobre quem são os sujeitos históricos: aqueles indivíduos e grupos antes marginalizados e silenciados passam agora a protagonistas e porta-vozes de determinados processos. Portanto, as testemunhas, que são também *sobreviventes*, produzem seus relatos a fim de assegurar que os traumas aos quais foram submetidas não sejam esquecidos<sup>2</sup>, numa verdadeira batalha pela memória.

Esses relatos, no entanto, nem sempre encontraram escuta imediata<sup>3</sup> e, conseqüentemente, legitimação. Nesse sentido, os lugares nos quais os eventos ocorreram foram e são de extrema importância tanto para validação do ponto de vista jurídico e social dessas narrativas, quanto para assegurar que não se repita o que ali ocorreu – tornam-se os *lugares de memória*. Segundo Marcia Briones<sup>4</sup>, “um lugar de memória implica num espaço posicionado no mesmo sítio geográfico onde outrora ocorreu um evento significativo para a história da sociedade”, podendo ser transformado num sítio de consciência – “espaços

---

<sup>2</sup> GABNEBIN, J. M. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

<sup>3</sup> POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

<sup>4</sup> BRIONES, Marcia. Sítios de consciência, a memória e a comunicação. *ALCAR 2015 – 10º Encontro Nacional de História da Mídia*, UFRGS, 2015. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-alternativa/sitios-de-consciencia-a-memoria-e-a-comunicacao/at\\_download/file](http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-alternativa/sitios-de-consciencia-a-memoria-e-a-comunicacao/at_download/file). Acesso em: 27 jan. 2018, p. 3.

destinados, através da comunicação experiencial, a usar o lugar de memória como ferramenta pedagógica, promovendo a cultura dos direitos humanos e a reparação simbólica<sup>5</sup>."

No caso da Segunda Guerra, por exemplo, muitos dos campos de concentração estão hoje abertos e têm altos números de visitação anualmente<sup>6</sup>. De acordo com Teklik e Mesnard,

el turismo a Auschwitz debe ser considerado por sí mismo dentro de un contexto mundial, en el que los sitios y las infraestructuras memoriales se ven reclamados por el constante aumento de visitantes y están llamados a convertirse en verdaderos supermercados de la memoria<sup>7</sup>.

Estes locais, no entanto, são apropriados e reapropriados de diversas maneiras pelos visitantes, uma vez que, apesar das intenções de discurso iniciais dos bens, não é possível prever como será a recepção e quais sentidos serão atribuídos pelo público – influenciado por ideologia, opiniões prévias, filiações religiosas etc.

O caso brasileiro não é diferente. A despeito de ter memórias constantemente em disputa, há a constituição de sítios de consciência em espaços relacionados à ditadura civil-militar em diversos lugares do país. Assim, este artigo se propõe analisar as iniciativas de memorialização de lugares, na cidade de São Paulo, que remetam ao referido período. Essas iniciativas – que podem partir de demandas tanto

---

<sup>5</sup> Um sítio de consciência pode também ser implantado em um espaço de memória, que, segundo a autora, não é necessariamente o local geográfico onde determinado evento se sucedeu. "Todo lugar de memória é um sítio de consciência, mas nem todos os sítios de consciência são lugares de memória (BRIONES, 2015, p. 4).

<sup>6</sup> Para uma análise específica sobre o caso de Auschwitz, ver TEKLIK, Joanna; MESNARD, Philippe. El viaje a Auschwitz: ¿turismo de la memoria o turismo cultural? In: FLEURY, Beatrice; JACQUES, Walter. *Memorias de la piedra: ensayos em torno a lugares de detención y massacre*. Buenos Aires: Ejercitar la memoria, 2011.

<sup>7</sup> TEKLIK, Joanna; MESNARD, Philippe. El viaje a Auschwitz: ¿turismo de la memoria o turismo cultural? In: FLEURY, Beatrice; JACQUES, Walter. *Memorias de la piedra: ensayos em torno a lugares de detención y massacre*. Buenos Aires: Ejercitar la memoria, 2011, p. 101.

do poder público ou da sociedade civil, quanto de ambos – consistem em processos de tombamento, instalação de sinalizações e monumentos, intervenções artísticas e manifestações periódicas. Essa análise possibilitará uma reflexão sobre o caráter pioneiro da cidade, que estabelece, aos poucos, um circuito de memória sobre a ditadura.

Para que tal levantamento seja mais bem examinado, é de fundamental importância relacionar a constituição dos memoriais com o contexto político-social em vigor, à luz do conceito de “memoria cambiante” de Daniel Lvovich e Jorgelina Bisquert:

Por supuesto, aunque el pasado es inmodificable, sus sentidos no están fijados de una vez y para siempre. Por eso, las memorias no quedan fijadas de manera definitiva, sino que se transforman con el paso del tiempo. Las exigencias del presente, el peso de los discursos dominantes sobre el pasado, el cambio de las condiciones que determinan su audibilidad y legitimidad, las políticas de la memoria desarrolladas desde el Estado, entre otros factores, pueden determinar modificaciones sustanciales en los contenidos de las memorias<sup>8</sup>.

Isto é, ao contextualizar tais bens em seu presente de patrimonialização, será possível fazer considerações importantes sobre como e por que certos acontecimentos são lembrados em determinadas épocas, e de determinada forma.

O artigo será dividido por décadas e em cada uma delas serão apresentados os lugares de memória patrimonializados e/ou reconhecidos e seus usos e apropriações pelos setores da sociedade e pelo Estado.

## **DÉCADAS DE 1970 E 1980**

---

<sup>8</sup> LVOVICH, Daniel e BISQUERT, Jaquelina. La cambiante memoria de la dictadura. Discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008, p. 8-9.

Historiadores apontam o ano de 1974 como o ano da primeira crise de institucionalidade do governo ditatorial. Este foi o ano da derrota do partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) nas eleições. Segundo Daniel Aarão Reis, “era difícil escapar da conclusão que se impunha: a ditadura sofrera sua primeira grande derrota político-eleitoral desde o golpe de 1964<sup>9</sup>”. Fatores como a crise econômica e a corrupção foram fundamentais para uma mudança na percepção sobre o governo e, conseqüentemente, sua primeira perda<sup>10</sup>. Durante este período, iniciou-se a construção de uma memória de desaprovação ao regime, levada a cabo principalmente pela classe média intelectualizada, conforme aponta Reis: “a partir de novembro de 1974, o projeto de institucionalização da ditadura teria que se haver com vozes dissonantes, à direita e à esquerda. Não gratuitamente, registraram-se ziguezagues, oscilações, avanços e recuos <sup>11</sup> ”. Iniciou-se, naquele momento, uma batalha pela memória.

Com o passar dos anos e principalmente após o início do processo de *transição* – a abertura e redemocratização – de 1979, foi se consolidando uma memória “da ditadura como ‘lacuna histórica’, como ‘usurpação’ do Estado pelo autoritarismo e como era de violência política a ser superada<sup>12</sup>”, os chamados “anos de chumbo”. A sociedade assumiu um caráter de resistente desde o princípio, sendo esta resistência democrática – ocultando-se o apoio civil ao processo ditatorial:

---

<sup>9</sup> REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil. 1964: 50 anos depois*. Rio de Janeiro: 2014.

<sup>10</sup> NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015, p. 22.

<sup>11</sup> REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil. 1964: 50 anos depois*. Rio de Janeiro: 2014, p. 108.

<sup>12</sup> NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015, p. 23.

A visão da “sociedade vítima”, mas resistente e digna, foi compartilhada por liberais e pela esquerda, tanto a que tinha pego em armas, quanto os pecebistas e outros grupos que recusaram o viés militarista. Ter sido, de alguma maneira, resistente passou a ser o passaporte político para a futura recomposição do sistema político<sup>13</sup>.

A luta armada (guerrilha urbana e rural), apesar de ter sido também qualificada enquanto *resistência*, converteu-se em tática política extrema, digna de questionamentos e ressalvas, resumindo-se a um “idealismo juvenil” – por consequência de uma cultura política *democrática* forjada nos anos 1970 que, segundo Napolitano, tinha uma perspectiva “da política como ação coletiva de caráter *pacífico*, calcada na negociação de conflitos e produção de consensos mínimos em nome dos direitos fundamentais<sup>14</sup>”.

Essa memória em prol da resistência e da democracia se torna *hegemônica*: aqueles que venceram nos embates políticos e ideológicos não conseguiram (ou não pretenderam) vencer as batalhas pela memória<sup>15</sup>. Denise Rollemberg propõe questões importantes a esse respeito, quando relembra a fala do general João Figueiredo ao deixar o palácio: “que me esqueçam!” – enquanto os *vencidos* se esforçavam cada vez mais para lembrar<sup>16</sup>.

Em meio a essas novas disputas, em São Paulo, em 1985, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), órgão de

---

<sup>13</sup> NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015, p. 22.

<sup>14</sup> NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015, p. 23.

<sup>15</sup> NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015, p. 17.

<sup>16</sup> ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: EdUFSCar, 2006, p. 1.

patrimonialização estadual, recebeu a solicitação de tombamento do edifício da Universidade de São Paulo (USP), antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na Rua Maria Antônia. A demanda partiu do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) da Prefeitura de São Paulo, no dia 1º de abril – data de aniversário do golpe<sup>17</sup>. Em parecer favorável, a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, conselheira, justificou o tombamento:

por ter sido palco de intenso movimento estudantil dos anos 60, simbolizando a atividade oposicionista ao regime político que então se militarizava (...) sede da resistência ao autoritarismo e arbítrio, assumindo perfil do nosso 'Quartier Latin', do ponto de vista da memória política. (...) [Os edifícios da Maria Antônia] simbolizam a luta pela causa democrática ali defendida com entusiasmo por professores do gabarito de Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, Eurípedes Simões de Paula e Antônio Cândido<sup>18</sup>.

A patrimonialização se efetivou em 3 de outubro de 1988, de acordo com Deborah Neves, “com a assinatura da então Secretária da Cultura Elisabete Mendes de Oliveira, a Bete Mendes, que foi aluna de Artes Cênicas e Sociologia por aquela escola, presa pelo DOI-CODI e participante da constituinte como Deputada Federal<sup>19</sup>”.

---

<sup>17</sup> NEVES, Deborah. Edifícios da(e) Repressão: a construção dos sentidos sociais através da patrimonialização – Maria Antônia, Arco Tiradentes, El Olimpo e Club Atlético. In: *Anais do XXI Encontro Estadual de História*, Campinas, set. 2012. Disponível em: [http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1337293063\\_ARQUIVO\\_Edificiosda\\_e\\_Repressaoaconstrucaodossentidosociaisatravesdapatrimonializacao.pdf](http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1337293063_ARQUIVO_Edificiosda_e_Repressaoaconstrucaodossentidosociaisatravesdapatrimonializacao.pdf). Acesso em: 27 jan. 2018.

<sup>18</sup> NEVES, Deborah. Edifícios da(e) Repressão: a construção dos sentidos sociais através da patrimonialização – Maria Antônia, Arco Tiradentes, El Olimpo e Club Atlético. In: *Anais do XXI Encontro Estadual de História*, Campinas, set. 2012. Disponível em: [http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1337293063\\_ARQUIVO\\_Edificiosda\\_e\\_Repressaoaconstrucaodossentidosociaisatravesdapatrimonializacao.pdf](http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1337293063_ARQUIVO_Edificiosda_e_Repressaoaconstrucaodossentidosociaisatravesdapatrimonializacao.pdf). Acesso em: 27 jan. 2018, p. 4.

<sup>19</sup> NEVES, Deborah. Edifícios da(e) Repressão: a construção dos sentidos sociais através da patrimonialização – Maria Antônia, Arco Tiradentes, El Olimpo e Club Atlético. In: *Anais do XXI Encontro Estadual de História*, Campinas, set. 2012. Disponível em: [http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1337293063\\_ARQUIVO\\_Edificiosda\\_e\\_Repressaoaconstrucaodossentidosociaisatravesdapatrimonializacao.pdf](http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1337293063_ARQUIVO_Edificiosda_e_Repressaoaconstrucaodossentidosociaisatravesdapatrimonializacao.pdf). Acesso em: 27 jan. 2018, p. 4.

Como evidenciado por Carneiro, o edifício, símbolo do movimento estudantil, é muito associado ao engajamento da juventude dos anos 1960, em resistência *democrática* à ditadura – apesar de ter sido também berço de organizações revolucionárias. A data da patrimonialização, mesmo dia da promulgação da Constituição de 1988, enfatiza ainda mais o desejo de ressaltar o caráter democrático da escolha.

O tombamento reconheceu o edifício enquanto lugar de memória. No entanto, ele pode ser classificado como sítio de consciência pois são realizadas frequentemente exposições sobre os fatos ali vividos e sobre a resistência num geral, além da instalação de uma placa em seu hall de entrada – provavelmente em 1994 –, com os dizeres: “Homenagem aos que morreram lutando contra a ditadura. 1968 – 1994”.

Ainda em 1985, o Condephaat recebeu a solicitação de tombamento do portal do Presídio Tiradentes, único remanescente do edifício – demolido em 1972 para a construção de uma estação de metrô. O pedido partiu do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, “endossado por diversas organizações da sociedade civil e entidades de direitos humanos como a Comissão Justiça e Paz, Comitê Brasileiro pela Anistia, entre outros<sup>20</sup>”. O tombamento foi efetivado em 1º de abril de 1985 – também no aniversário do golpe de 1964 – conforme informa a justificativa do parecerista Lúcio Felix Frederico Kowarick,

considerando o valor histórico do Arco da Pedra enquanto símbolo da luta contra o arbítrio e a violência é meu parecer que ele deva ser tombado, e posteriormente transformado em monumento público. Sendo um arco, é forçosamente uma

---

<sup>20</sup> PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA. *Presídio Tiradentes*. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: [http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedadad/130740251278039152\\_192\\_PRESIDIO\\_TIRADENTES.pdf](http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedadad/130740251278039152_192_PRESIDIO_TIRADENTES.pdf). Acesso em: 27 jan. 2018, p. 15.



passagem que simboliza o esforço atual para a plena redemocratização do país<sup>21</sup>.

O bem, não se pode deixar de observar, foi representativo da perseguição política não só durante a ditadura civil-militar, mas também anteriormente, no Estado Novo. No entanto, não era lugar de torturas e mortes:

Sobre o cárcere no presídio, a ex-detida Rioco Kaiano declara que “chegar ao Tiradentes significava um alívio, quase uma vitória por ter sobrevivido às torturas, ao desaparecimento, à morte.” (KAIANO, 1997:337). Isso porque, de acordo com Alípio Freire, jornalista que também ficou detido no Tiradentes, quando alguém era preso pela Operação Bandeirante, mais tarde convertida em DOI CODI, “(...) passava por uma tortura oficiosa, era remetido ao DOPS para um depoimento formal onde feita a auditoria se fazia a denúncia e o enquadramento. Passadas essas 'instâncias' o preso era conduzido ao Presídio Tiradentes.” (FREIRE, 1985:33)<sup>22</sup>.

Por esse motivo, o Tiradentes foi palco de mobilizações políticas, como greves de fome em solidariedade aos presos “comuns”, organização de aulas, oficinas artísticas etc. – uma resistência democrática<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA. *Presídio Tiradentes*. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: [http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/130740251278039152\\_192\\_PRESIDIO\\_TIRADENTES.pdf](http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/130740251278039152_192_PRESIDIO_TIRADENTES.pdf). Acesso em: 27 jan. 2018, p. 15.

<sup>22</sup> NEVES, Deborah. Edifícios da(e) Repressão: a construção dos sentidos sociais através da patrimonialização – Maria Antônia, Arco Tiradentes, El Olimpo e Club Atlético. In: *Anais do XXI Encontro Estadual de História*, Campinas, set. 2012. Disponível em: [http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1337293063\\_ARQUIVO\\_Edificiosda\\_e\\_Repressaoaconstrucaodossentidosociaisatravesdapatrimonializacao.pdf](http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1337293063_ARQUIVO_Edificiosda_e_Repressaoaconstrucaodossentidosociaisatravesdapatrimonializacao.pdf). Acesso em: 27 jan. 2018, p. 4.

<sup>23</sup> PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA. *Presídio Tiradentes*. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: [http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/130740251278039152\\_192\\_PRESIDIO\\_TIRADENTES.pdf](http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/130740251278039152_192_PRESIDIO_TIRADENTES.pdf). Acesso em: 27 jan. 2018

O bem atualmente serve como portal de um banco e está ligado a grades. Apesar de poder se configurar enquanto um sítio de consciência, não há nenhuma placa informativa a seu respeito.

## **DÉCADA DE 1990**

Em 1990, o debate sobre o período ditatorial foi exacerbado em função da reabertura da Vala de Perus, no Cemitério Dom Bosco. Por ser um cemitério público – inaugurado em março de 1971, durante as gestões de Paulo Salim Maluf na prefeitura de São Paulo, Laudo Natel no governo do Estado e do presidente Emílio Garrastazu Médici<sup>24</sup> –, tinha seu funcionamento atrelado ao Instituto Médico Legal (IML).

As ossadas puderam ser desenterradas por autorização da então prefeita Luiza Erundina que, posteriormente, fez um convênio com o governador Orestes Quécia, proporcionando sua identificação na Universidade de Campinas (UNICAMP)<sup>25</sup>. O apoio do poder público foi fundamental para que a vala fosse reaberta – os familiares já haviam feito outras tentativas, já que sabiam da localização, mas sem sucesso. Em 26 de agosto de 1993 foi inaugurado um monumento no local da vala<sup>26</sup>. Idealizado por Ricardo Ohtake, foi construído um muro com a frase:

---

<sup>24</sup> PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA. *Cemitério Dom Bosco*. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2014b. Disponível em: [http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedad\\_os/130740247271591375\\_054\\_CEMITERIO\\_DOM\\_BOSCO.pdf](http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedad_os/130740247271591375_054_CEMITERIO_DOM_BOSCO.pdf). Acesso em: 27 jan. 2018, p. 1.

<sup>25</sup> Em 2017, as ossadas ainda não haviam sido completamente identificadas. Estão sob responsabilidade de um laboratório na Bósnia. Cf. <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/quase-30-anos-depois-da-vala-de-perus-ser-aberta-laboratorio-da-bosnia-analisara-dna-de-ossadas.ghtml>. Acesso em: 27 jan. 2018.

<sup>26</sup> PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA. *Cemitério Dom Bosco*. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2014b. Disponível em: [http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedad\\_os/130740247271591375\\_054\\_CEMITERIO\\_DOM\\_BOSCO.pdf](http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedad_os/130740247271591375_054_CEMITERIO_DOM_BOSCO.pdf). Acesso em: 27 jan. 2018, p. 14.

Aqui os ditadores tentaram esconder os desaparecidos políticos, as vítimas da fome, da violência do estado policial, dos esquadrões da morte e, sobretudo os direitos dos cidadãos pobres da cidade de São Paulo. Fica registrado que os crimes contra a liberdade serão sempre descobertos  
Luiza Erundina e Comissão de Familiares de Presos Políticos Desaparecidos

A assinatura da prefeita da cidade dá à reabertura da vala e ao memorial um caráter de política pública. Segundo Marcos Napolitano, a partir dos anos 1990, “o Estado tem desenvolvido uma política de memória, ainda que tímida, pontual e um tanto desencontrada, calcada na memória das vítimas das violências do regime que se tornou mais explícita e normatizada a partir de 1995<sup>27</sup>”. O local é constituído, portanto, enquanto lugar de memória e sítio de consciência.

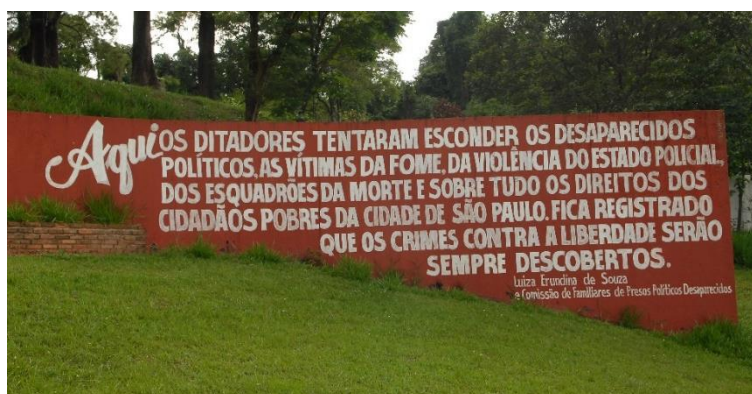


Figura 1: Monumento no Cemitério Dom Bosco

A entrada do Estado enquanto *produtor de memória* é caracterizada, segundo Marcos Napolitano, por uma ambiguidade: reconhece-se a responsabilidade do Estado brasileiro na perpetração de crimes de lesa humanidade, mas

---

<sup>27</sup> NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015, p. 25.

não há qualquer tipo de ação que vise a punição dos responsáveis, o que o historiador chama de esquizofrenia ideológica<sup>28</sup>.

Sendo assim, as políticas públicas instituídas neste momento visavam à recuperação das histórias de vida das vítimas e, eventualmente, à reparação pecuniária de seus familiares. A lei nº 9.140, de 04 de dezembro 1995 “reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979<sup>29</sup>, e dá outras providências<sup>30</sup>”, contendo um anexo com os nomes de 136 desaparecidos políticos. Em 13 de novembro de 2002, foi aprovada a lei 10.559, que compreende reparações para os anistiados políticos, inclusive financeiramente. Para Napolitano, “as ações acima listadas e o arcabouço legal e institucional do Estado, de certa forma, *indicavam o triunfo e a interpenetração da memória hegemônica crítica ao regime militar no plano da memória oficial*<sup>31</sup>”.

Em São Paulo, em 1998, foi tombado o Teatro da Universidade Católica (TUCA), após um processo de 6 anos. O pedido ocorreu em 1992, encaminhado por “um grupo da universidade, composto por Edgar de Assis Carvalho, Renato Nunes Ganhito, Edson Pasetti e Lucia Helena Vittali Rangel<sup>32</sup>”, e solicitava a patrimonialização

---

<sup>28</sup> NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015, p. 27.

<sup>29</sup> Marcos Napolitano faz uma discussão essencial sobre a periodização da lei, cf. Napolitano, 2015.

<sup>30</sup> BRASIL. Lei 9.140, de 04 de dezembro de 1995. *Diário Oficial da União*, 5 de dezembro de 1995. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9140compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140compilada.htm). Acesso em: 27 jan. 2018.

<sup>31</sup> NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015, p. 31, grifos meus.

<sup>32</sup> Tuca: o incêndio e a reconstrução. Disponível em: <http://www.pucsp.br/comissaodaverdade/tuca-o-incendio-e-a-reconstrucao.html>. Acesso em: 20 jan. 2018.

também do edifício sede e da Capela, que só foram tombados 2002, junto com todo o complexo de edifícios da universidade. Em seu parecer, Marly Rodrigues, historiógrafa do Condephaat, e Walter Fragoni, arquiteto, apontam que

O valor simbólico do TUCA, reside no aspecto dele representar uma concepção de cultura como arma de resistência política. Ali se abrigou o grupo de teatro que lhe emprestou o nome e em um momento de cerceamento de liberdade de expressão transformou e deu continuidade a uma herança de atuação motivada pela busca da construção de uma identidade nacional, da conscientização e da mobilização populares. (...) Além disso, naquele espaço também se realizaram atos e cerimônias de significado político promovidos pela Universidade, pela Igreja, por associações, por sociedades científicas e por estudantes, fatos que tornaram o Tuca um referencial para amplos setores organizados da sociedade que resistiram à ditadura<sup>33</sup>.

Em novembro de 1999, por ocasião do aniversário de 30 anos da morte de Carlos Marighella, foi instalado um memorial na Alameda Casa Branca, altura do número 815, promovido por “um grupo de intelectuais, entre eles o jornalista Mino Carta, os arquitetos Rui Ohtake e Oscar Niemeyer, a escritora Lígia Fagundes Teles, o advogado Fábio Comparato e o crítico literário Antônio Cândido<sup>34</sup>”. Este foi o lugar em que Marighella foi assassinado e a instalação de um memorial o transforma também em um sítio de consciência. O monumento foi projetado pelo arquiteto Marcelo Carvalho Ferraz, que afirmou à imprensa não se tratar de uma questão ideológica:

---

<sup>33</sup> RODRIGUES, Marly; FRAGONI, Walter. Parecer Processo n. 31720/94 – Condephaat. 26 jan. 1994. Disponível em: [http://www4.pucsp.br/comissaodaverdade/downloads/tuca/o-incendio-e-a-reconstrucao/processo\\_31720-94-tombamento-tuca-e-puc.pdf](http://www4.pucsp.br/comissaodaverdade/downloads/tuca/o-incendio-e-a-reconstrucao/processo_31720-94-tombamento-tuca-e-puc.pdf). Acesso em: 27 jan. 2018, p. 10.

<sup>34</sup> Homenagem a Marighella causa polêmica em SP. *Diário do Grande ABC*, Nacional, 03 nov. 1999. Disponível em: <http://www.dgabc.com.br/Noticia/175084/homenagem-a-marighella-causa-polemica-em-sp>. Acesso em: 27 jan. 2018.

“O Estado reconheceu a culpa pelo assassinato e indenizou a família de Marighella”. Ele entende que o local é um marco na história de São Paulo e do Brasil. “Seria, em menor proporção, como o local da queda da Bastilha, na França, ou o do assassinato de John Lenon (sic), nos EUA”, disse. “Esses locais fazem parte da história de seus países e são visitados por milhares de pessoas<sup>35</sup>”.

Mesmo que não concebido pelo Estado, as políticas empregadas por ele influenciaram na justificativa de existência do monumento. Além disso, um decreto municipal legitimou sua presença:

CELSO PITTA, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º - Passa a integrar o patrimônio municipal, a obra do artista plástico Marcelo Carvalho Ferraz, escultura em granito, denominada “Memorial Carlos Marighella”.

Art. 2º - Fica destinada a área situada na Alameda Casa Branca, altura do nº 815, para instalação do Memorial referido no artigo anterior, que será fixado no tronco de uma árvore Tipuana, circundada por cimento na cor vermelha, com moldura em filete de granito preto<sup>36</sup>.

Anualmente, em 4 de novembro, ocorrem no local manifestações organizadas por familiares e amigos de Marighella. No entanto, ela é também alvo de desaprovação: 8 meses após sua organização, a peça foi retirada por insatisfação dos moradores da região, retornando apenas em 4 de novembro de 2004<sup>37</sup>. A placa, que enunciava “Aqui tombou

---

<sup>35</sup> Homenagem a Marighella causa polêmica em SP. *Diário do Grande ABC*, Nacional, 03 nov. 1999. Disponível em: <http://www.dgabc.com.br/Noticia/175084/homenagem-a-marighella-causa-polemica-em-sp>. Acesso em: 27 jan. 2018.

<sup>36</sup> SÃO PAULO (Cidade). Decreto n. 38.569, de 3 de novembro de 1999. *Diário Oficial do Município de São Paulo*, 4 nov. 1999, p. 1.

<sup>37</sup> Evento reinaugura escultura em homenagem a Carlos Marighella. *Terra*, 04 nov. 2004. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI416437-EI1194,00-Evento+reinaugura+escultura+em+homenagem+a+Carlos+Marighella.html>. Acesso em: 27 jan. 2018.

Carlos Marighella, assassinado em 4 de novembro de 1969 pela ditadura militar”, foi roubada.



**Figura 2: Memorial Carlos Marighella**

Em 1999, foi tombado o prédio onde funcionou o antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e Departamento Estadual de Ordem Política Social (DEOPS), localizado no edifício construído para ser o escritório da Companhia Estrada de Ferro Sorocabana. O pedido de patrimonialização, no entanto, foi aberto em 1976, ainda durante a ditadura. De acordo com Anaclara Antonini, o processo foi dificultado pela ocupação do DOPS do prédio e, por isso, foi arquivado em 1981, sendo retomado apenas em 1986, após o fim do regime<sup>38</sup>. Mesmo depois da homologação e a inscrição do bem no Livro do Tombo Histórico do Condephaat, o que permeia sua descrição e todo o seu processo de tombamento é, majoritariamente, o valor arquitetônico. Para Deborah Neves, “o processo de tombamento se limita a ‘reunir informações sobre a edificação, técnicas construtivas e alguns recortes de jornal que apontavam ali ser a futura Universidade de

---

<sup>38</sup> ANTONINI, Anaclara Volpi. *Marcas da memória: o DOPS nas políticas de preservação do patrimônio cultural no centro de São Paulo*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em: [http://www.gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/TGI\\_Anaclara%20Volpi%20Antonini\\_2012.pdf](http://www.gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/TGI_Anaclara%20Volpi%20Antonini_2012.pdf). Acesso em: 27 jan. 2018, p. 49.



Música do Estado<sup>39</sup>". Na resolução de tombamento, apenas as três últimas linhas do artigo 1º fazem referência ao DOPS: "No conjunto das celas, produto da ocupação do edifício pelo DOPS, reside parte significativa de seu valor histórico. Tal conjunto será preservado juntamente com os elementos originais do projeto<sup>40</sup>".

Neste local ocorreu a primeira iniciativa de musealização, como política do governo do Estado, com o objetivo de transformar o local, que já era de memória, em sítio de consciência. Através do Decreto 46.508, de 21 de janeiro de 2002, criou-se o Memorial do Cárcere, posteriormente Memorial da Liberdade. De acordo com o texto, "considerando a importância da preservação de símbolos da resistência à repressão e da difusão dos ideais de liberdade", o objetivo da ação é "estimular o exercício da cidadania e seus valores democráticos, por meio de mostras, exposições e outras manifestações artísticas e culturais <sup>41</sup>". Porém, de acordo com Elson da Silva, o espaço passou por um restauro para abrigar o memorial, o qual "fez com que muitos elementos que compunham a memória histórica daquele local fossem perdidos, como por exemplo, as quatro celas solitárias e nos demais andares a sala de

---

<sup>39</sup> ANTONINI, Anaclara Volpi. *Marcas da memória: o DOPS nas políticas de preservação do patrimônio cultural no centro de São Paulo*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em:

[http://www.gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/TGI\\_Anaclara%20Volpi%20Antonini\\_2012.pdf](http://www.gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/TGI_Anaclara%20Volpi%20Antonini_2012.pdf). Acesso em: 27 jan. 2018, p. 49.

<sup>40</sup> SÃO PAULO (Cidade). Decreto n. 38.569, de 3 de novembro de 1999. *Diário Oficial do Município de São Paulo*, 4 nov. 1999, p. 1.

<sup>41</sup> SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 46.508, de 21 de janeiro de 2002. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2002/decreto-46508-21.01.2002.html>. Acesso em: 27 jan. 2018.



tortura<sup>42</sup>”, demonstrando uma intenção de *transformação* e não de *preservação*.

### **DÉCADA DE 2000**

Ainda em 2002, foi tombado o edifício que abrigou a Auditoria da Justiça Militar, pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp). O bem, contudo, estava inserido no processo de tombamento do bairro da Bela Vista, sem nenhuma especificação sobre o valor do prédio individualmente. A justificativa para patrimonialização da região, de acordo com o órgão, foi por ser “um dos poucos bairros paulistanos que ainda guardam inalteradas as características originais do seu traçado urbano e parcelamento do solo<sup>43</sup>”. O espaço, que é um local de memória, está se consolidando como um sítio de consciência. Atualmente realiza cursos sobre a ditadura e, após sua inauguração completa, abrigará também exposições sobre a temática.

A partir dos anos 2000 e perdurando pela década de 2010, principalmente a partir do fim do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2010) e início do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011), observa-se pela primeira vez, conforme indicado por Napolitano, uma “*fissura nas bases da memória hegemônica*” de crítica à ditadura<sup>44</sup>. Tal fissura é expressa na intensificação de discursos de cunho revisionista e negacionista a respeito da ditadura, isto é, que contradizem a memória

---

<sup>42</sup> SILVA, Elson L. M. T. *Construções da ditadura: a memória das ditaduras militares do Brasil e da Argentina em lugares edificados*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2014, p. 34.

<sup>43</sup> SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 46.508, de 21 de janeiro de 2002. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2002/decreto-46508-21.01.2002.html>. Acesso em: 27 jan. 2018.

<sup>44</sup> NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015, p. 32, grifos meus.

dominante, alinhando-se à narrativa dos militares, antes subterrânea. O autor apresenta como hipótese para esse cenário contraditório a cisão entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), fazendo com que o último “flerte” com eleitores conservadores e à extrema direita. A disputa pela memória, depois de algum tempo de vigência sem contestação da memória dominante, é acirrada<sup>45</sup>. Essa batalha se reflete nas patrimonializações da cidade de São Paulo.

Em 2008, foi inaugurado o Memorial da Resistência, no edifício do antigo DOPS, anulando o anterior Memorial da Liberdade. O novo projeto, de autoria da historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro e da museóloga Cristina Oliveira Bruno, com colaboração da educadora Gabriela Aidar, vinculado à Pinacoteca do Estado de São Paulo, “se pautava pelo compromisso de colaborar pela preservação da história do DEOPS. Considerando que aquele não teria sido um espaço de liberdade, mas sim de violência e resistência, ocorreu a mudança de nome para Memorial da Resistência” (SILVA, 2014, p. 35). O novo projeto e a troca do nome eram reivindicações de ex-presos. O secretário da Cultura da época, João Sayad afirmou que “chegava a ser uma ironia ser chamado de Memorial da Liberdade. O novo nome é mais adequado e presta homenagem aos que lutaram aqui<sup>46</sup>”.

## **DÉCADA DE 2010**

Em 2011, foi inaugurado pela USP o Memorial aos Membros da Comunidade USP Vítimas do Regime da Ditadura Militar, localizado na

---

<sup>45</sup> POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 4.

<sup>46</sup> Nas velhas celas do Dops, Memorial da Resistência. *O Estado de S. Paulo*, política, 02 mai. 2008. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nas-velhas-celas-do-dops-memorial-da-resistencia,166247>. Acesso em: 27 jan. 2018.

Praça do Relógio, local de referência na Cidade Universitária, este lugar configurou-se enquanto sítio de consciência.

O monumento é composto de placas de concreto com os nomes de todos os estudantes, professores e funcionários que foram mortos ou desaparecidos durante a ditadura. Vinculada ao projeto Direito à Memória e à Verdade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), a obra foi idealizada pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade (NEV) <sup>47</sup>. Porém, antes mesmo de sua inauguração, foi motivo de debate na comunidade acadêmica. A placa da obra a intitulava de “Monumento em homenagem aos mortos e cassados na *Revolução* de 1964”, o que gerou protestos e pichações. A universidade justificou afirmando que “houve um erro na confecção da placa”.

A ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, considerou “um absurdo” o termo utilizado na placa. “O episódio mostra a importância do projeto Direito à Memória e à Verdade, que demonstra que em 1964 houve um golpe seguido de uma ditadura”, diz ela, que lembrou, ainda que o próprio nome da secretaria, que apoia a construção do monumento, foi escrito incorretamente<sup>48</sup>.

A batalha pela definição de 1964 é extremamente comum neste período. É importante ressaltar que o termo “revolução” foi usado pelos próprios militares ao definirem sua tomada de poder – a “Revolução Redentora”. No pós-redemocratização, a memória crítica convencionou

---

<sup>47</sup> CRISTINA, Ane. Memorial relembra membros da USP vítimas da ditadura militar. *Jornal da USP*, 10 jan. 2018. Disponível em: <http://jornal.usp.br/cultura/memorial-da-ditadura-e-o-esquecimento-do-passado/>. Acesso em: 27 jan. 2018.

<sup>48</sup> MORENO, Ana Carolina. Reitoria da USP retira placa de obra que falava em 'Revolução de 1964'. *G1*, 04 out. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/10/reitoria-da-usp-retira-placa-de-obra-que-falava-em-revolucao-de-1964.html>. Acesso em: 27 jan. 2018.

a expressão “Golpe”, o que faz dessa retomada uma revisão conservadora, que legitima o antigo regime.

Mesmo depois de pronto, o monumento foi e é constantemente alvo de pichações e depredações.



**Figura 3: Memorial aos Membros da Comunidade USP Vítimas do Regime da Ditadura Militar.**

Em 25 de outubro de 2013 foi inaugurada a Praça e Memorial Vladimir Herzog, próxima à Câmara Municipal de São Paulo, na Rua Santo Antônio, iniciativa da casa legislativa e do Instituto Vladimir Herzog. A inauguração foi parcial, pois um mosaico e uma escultura projetados pelo artista plástico Elifas Andreato ainda não estavam prontos<sup>49</sup>. Em 2015 houve uma reinauguração, incluindo o mosaico projetado, em decorrência dos 40 anos da morte do jornalista, inserida em uma semana de atividades, que incluiu um ato ecumênico na Catedral da Sé<sup>50</sup>. Um

<sup>49</sup> Praça Vladimir Herzog é inaugurada no centro de SP. *Catraca Livre*, 24 out. 2013. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/sp/arquivo/indicacao/praca-vladimir-herzog-e-inaugurada-no-centro-de-sp/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

<sup>50</sup> DOMINGOS, Roney. Praça com nome de Vladimir Herzog é reinaugurada no Centro de SP. *G1*, 26 out. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao->

ano mais tarde, em 2016, houve a inauguração da escultura, completando os elementos da praça. A obra é uma

reprodução da obra Vlado Vitorioso, esculpida pelo artista plástico Elifas Andreato para um prêmio especial da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2008, em comemoração aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Com 2,20 metros de altura, foram fundidos 200 quilogramas de bronze para a criação da obra<sup>51</sup>.

O artista considera que “essa praça se tornará, na verdade, um memorial dedicado a Vladimir Herzog <sup>52</sup>” – ou seja, um sítio de consciência.

Uma das políticas públicas em prol da memória nos anos de governo PT foi a abertura da Comissão Nacional da Verdade, com o objetivo de esclarecer fatos ainda obscuros sobre a perseguição e repressão política. Segundo Marcos Napolitano, “a CNV tinha a missão de conciliar práticas e discursos, produzindo algo próximo de uma ‘história oficial’ do período, no sentido de informar as futuras ações institucionais e representações simbólicas sancionadas pelo Estado brasileiro, como um todo, sobre o regime militar<sup>53</sup>”.

Essa política foi extremamente impactante no debate público sobre a ditadura – acirrando ainda mais as disputas pela memória –, e nas patrimonializações, que aumentaram gradativamente após a

---

[paulo/noticia/2015/10/praca-com-nome-de-vladimir-herzog-e-reinaugurada-no-centro-de-sp.html](http://paulo/noticia/2015/10/praca-com-nome-de-vladimir-herzog-e-reinaugurada-no-centro-de-sp.html)>. Acesso em: 24 jun. 2018.

<sup>51</sup> Câmara inaugura escultura em homenagem ao jornalista Vladimir Herzog. *Jornal da USP*, 25 out. 2016. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/cultura/camara-inaugura-escultura-em-homenagem-ao-jornalista-vladimir-herzog/>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

<sup>52</sup> Câmara inaugura escultura em homenagem ao jornalista Vladimir Herzog. *Jornal da USP*, 25 out. 2016. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/cultura/camara-inaugura-escultura-em-homenagem-ao-jornalista-vladimir-herzog/>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

<sup>53</sup> NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015, p. 31.

divulgação do relatório final, em 2014 – aniversário de 50 anos do golpe de 1964 –, numa conjuntura chamada por Napolitano de “febre memorialística”. Importante ressaltar que, para além da comissão nacional, foram estabelecidas “comissões da verdade estaduais, municipais, sindicais e universitárias, com um importante trabalho complementar ao da comissão nacional<sup>54</sup>”.

Em 2013 se iniciou o processo de implementação do Memorial da Luta pela Justiça no antigo prédio da Auditoria da Justiça Militar, tombado na década anterior. Isso só ocorreu após pressão do Núcleo de Preservação da Memória Política – Núcleo Memória <sup>55</sup>, que será administrador do local após sua inauguração (ainda não concretizada), em parceria com a Ordem dos Advogados (OAB). As exposições darão enfoque à atuação dos advogados durante o período ditatorial:

Estão previstos para o primeiro e o segundo andar do prédio, espaços destinados a exposições permanentes e temporárias, atividades de pesquisa, ações educativas e culturais, assim como um espaço destinado à debates e conferências. No andar térreo está previsto um centro de documentação e a administração do equipamento<sup>56</sup>.

---

<sup>54</sup> SEIXAS, Ivan A.; SOUZA, Silvana A. Comissão Nacional da Verdade e a rede de comissões estaduais, municipais e setoriais: a trajetória do Brasil. *Revista Estudos de Sociologia*, v. 20, n. 39, 2015. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/7895/5627>. Acesso em: 27 jan. 2018, p. 348.

<sup>55</sup> “Criado em 2009 por ex-presos políticos, o Núcleo de Preservação da Memória Política atua para a promoção de políticas públicas nas questões referentes à memória política e à defesa dos direitos humanos através de ações educativas nessas áreas. O Núcleo Memória nasceu como um grupo de trabalho do Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo. O Fórum foi fundado em 2001 para defender os interesses dos ex-prisioneiros políticos e perseguidos na ditadura civil-militar no Brasil de 1964-1985”. Disponível em: <https://www.nucleomemoria.org/copia-o-nucleo>. Acesso em: 27 jan. 2018.

<sup>56</sup> PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA. *Auditoria da Justiça Militar*. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: [http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedad/os/130834477730908594\\_FICHA\\_COMPLETA\\_AUDITORIA\\_MILITAR.pdf](http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedad/os/130834477730908594_FICHA_COMPLETA_AUDITORIA_MILITAR.pdf). Acesso em: 27 jan. 2018, p. 7.





**Figura 4: Memorial da Luta pela Justiça**

O Núcleo Memória também atuou fortemente em outro projeto: o tombamento do edifício que abrigou a antiga Operação Bandeirante (OBAN) e, posteriormente, Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), localizado na Rua Tutoia, 121, bairro Paraíso. O processo foi aberto por Ivan Seixas<sup>57</sup>, atual presidente do Conselho de Administração do Núcleo, em 1 de junho de 2012 e encerrado em 27 de janeiro de 2014, com o tombamento pelo Condephaat. “A Comissão Nacional da Verdade também apoiou a iniciativa, ao lado das comissões do Estado e da Câmara de Vereadores<sup>58</sup>”. A pesquisadora Silvana Rubino afirmou ser esse um marco

---

<sup>57</sup> Militante do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), foi preso em 1971, junto com seu pai Joaquim Alencar de Seixas, assassinado sob tortura. Atualmente, Ivan é militante de direitos humanos, fundador e presidente do Conselho de Administração do Núcleo Memória.

<sup>58</sup> ARRUDA, Roldão. Condephaat define na segunda tombamento do DOI-Codi. *Blog Roldão Arruda, O Estado de S. Paulo*, 23 jan. 2014. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/condephaat-define-nas-segunda-27-destino-da-sede-do-doi-codi/>. Acesso em: 27 jan. 2018.

na história do patrimônio brasileiro: “pela primeira vez, um prédio era tombado não por seu valor estético ou arquitetônico, mas pela memória dos eventos que ocorreram nele<sup>59</sup>”. Porém, o tombamento não foi unânime: “Apareceu gente, de famílias de vítimas, dizendo que eles queriam seguir em frente e esquecer isso (...)”, afirmou ainda Silvana, que foi parecerista do processo.

No relatório final, o órgão recomenda ao governo do estado que o local seja convertido também em memorial/sítio de consciência. Apesar disso, continua sendo ocupado pela polícia:

O local hoje mantém o 36º Distrito Policial e abriga também um depósito e uma garagem da Polícia Civil. O complexo é composto por um pátio, antiga entrada dos presos, na rua Thomas Carvalhal, onde hoje há uma estrutura nova, e outros dois prédios com entrada pela Tutóia – um praticamente abandonado e um outro reformado onde funciona o DP. Neste, onde antigamente ficavam as celas femininas, foi feita uma reforma para hoje funcionar como Departamento de Polícia Judiciária da Capital, da 2ª Delegacia Seccional da Polícia. Logo em frente, a estrutura que abrigava as salas de interrogatório e de tortura ainda é mantida nos padrões da época, mas completamente vazia (CARTA CAPITAL, 2014).

Por conta disso, anualmente o Núcleo Memória organiza o Ato Unificado Ditadura Nunca Mais para reivindicar a musealização do espaço<sup>60</sup>.

---

<sup>59</sup> ORSI, Carlos. Tombamento pelos tombados. *Jornal da Unicamp*, n. 592, 2014. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/592/tombamento-pelos-tombados>. Acesso em: 04 mai. 2018. Este artigo apresentou outros edifícios tombados pela memória atribuída a eles. No entanto, todos estavam também atrelados ao valor arquitetônico.

<sup>60</sup> Em 2017, foi realizada a 4ª edição do ato.





**Figura 5: 4º ato unificado Ditadura Nunca Mais (2017)**

Conforme dito anteriormente, 2014 foi um ano emblemático no campo da memória sobre a ditadura por dois motivos: o aniversário de 50 anos do golpe de 1964 e a publicação do relatório final da CNV. Em São Paulo, três memoriais foram inaugurados em lembrança a essa data.

Em 2 de abril, foi inaugurado o Monumento ao Nunca Mais, no TUCA – bem tombado nos anos 1990 –, como parte do projeto “Trilhas da Anistia – Marcas de Caravanas e Recontes de Histórias”, desenvolvido pela ONG Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação – ALICE, com o apoio do Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia<sup>61</sup>. De acordo com o site do projeto, o objetivo é

a criação de marcos que simbolizem as lutas populares contra os excessos e atos do Estado que configuraram graves violações aos direitos humanos no período da ditadura civil-militar. Assim como o período entre 1964 e 1988 foi marcante em função dos atos arbitrários da ditadura, esses totens, criados nas cidades

---

<sup>61</sup> Lutas pela Anistia: monumento da Anistia. Disponível em: <http://www.pucsp.br/comissaodaverdade/lutas-pela-anistia-movimento-pela-anistia.html>. Acesso em: 27 jan. 2018.

que sediaram os julgamentos dos pedidos de anistia, marcam a vitória do povo que resistiu pela democracia<sup>62</sup>.

O monumento é um totem projetado pela artista plástica Cristina Pozzolon. Na data de seu lançamento, os discursos foram permeados por críticas ao negacionismo. Paulo Abrão, presidente da Comissão Nacional de Anistia na época, afirmou que

Se esse negacionismo das graves violações dos direitos humanos no passado tem caído por terra a partir da visibilidade das vítimas, a partir da escuta pública da resistência brasileira, que foi vetada por muito tempo, e que agora são obrigados a ter que ouvir, ainda não conseguimos dar o passo adiante para vencer a justificação da violência, o espectro simbólico da ditadura militar, o espectro ideológico daqueles que ainda insistem em julgar o golpe como um mal necessário, daqueles que insistem em dizer que a repressão, a violência e a opressão foi apenas uma resposta ao exercício livre da resistência de um povo que soube lutar<sup>63</sup>.



**Figura 6: Inauguração do Monumento ao Nunca Mais, no TUCA.**

---

<sup>62</sup> Marcas da Memória III – 2012. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/projetos/marcas-da-memoria-iii-2012>. Acesso em: 27 jan. 2018.

<sup>63</sup> BERTOLINO, Osvaldo. Ato no Tuca lembra 50 anos do golpe de 1964. *Blog do Renato*, 04 abr. 2014. Disponível em: <https://renatorabelo.blog.br/2014/04/04/ato-no-tuca-lembra-50-anos-do-golpe-de-1964/>. Acesso em: 27 jan. 2018.

Alguns dias depois, em 22 de abril, foi inaugurado no Instituto de Química da USP um monumento em homenagem à professora Ana Rosa Kucinski, desaparecida em 1974. A escultura faz parte de uma reparação histórica à professora que, após seu desaparecimento, foi demitida pela Congregação da universidade sob a justificativa de “abandono de emprego” – decisão revogada apenas em 2014, por recomendação da Comissão da Verdade da USP. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, “no monumento, que representa uma flor, uma placa registra que Ana Rosa foi ‘sequestrada e morta pela ditadura’. Para o vice-reitor da USP, Vahan Agopyan, a homenagem é um reconhecimento de que a universidade cometeu um erro ao ter demitido a professora<sup>64</sup>”.



**Figura 7: Bernardo Kucinski e o monumento à irmã, Ana Rosa Kucinski, no Instituto de Química da USP.**

---

<sup>64</sup> URIBE, Gustavo. USP planeja memorial para mortos e desaparecidos na ditadura. *Folha de S. Paulo*, Poder, 22 abr. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1443828-usp-planeja-memorial-para-mortos-e-desaparecidos-na-ditadura.shtml>. Acesso em: 27 jan. 2018.

Dois dias antes da entrega do relatório final da CNV, em 8 de dezembro de 2014, foi inaugurado em São Paulo o Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos, no portão 10 do Parque do Ibirapuera. O memorial foi o primeiro na cidade a listar os nomes dos 436 mortos e desaparecidos do período e foi concebido pelo artista plástico Ricardo Ohtake – responsável também pelo memorial de Perus –, por solicitação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e da Prefeitura da Cidade de São Paulo. O prefeito Fernando Haddad, no dia da inauguração, afirmou que:

muitos órgãos de repressão se instalaram na região do Ibirapuera. É, talvez, o parque mais visitado da cidade de São Paulo. Então é um gesto importante, lembrar o que aconteceu num período recente da história do Brasil e afastar completamente qualquer possibilidade de que a nossa liberdade esteja comprometida<sup>65</sup>.

O texto do monumento está em conformidade com e reforça a memória hegemônica sobre a ditadura: “A cidade de São Paulo homenageia aqui todos os que deram suas vidas à luta pela liberdade e pela democracia no Brasil. Não esqueceremos. Conhecer para não repetir”.

---

<sup>65</sup> Haddad inaugura em SP monumento em homenagem a mortos na ditadura. *G1*, 08 dez. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/12/haddad-inaugura-em-sp-monumento-em-homenagem-mortos-na-ditadura.html>. Acesso em: 27 jan. 2018.





**Figura 8: Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos.**

A gestão de Fernando Haddad foi responsável por outras ações de memória sobre o regime militar. O 3º Festival de Direitos Humanos, em 2015, – organizado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos – promoveu uma grafitação nos muros do Cemitério Dom Bosco, local da vala clandestina de Perus. As imagens tratavam sobre a história da ditadura e dos trabalhadores do bairro<sup>66</sup>. Em 2016, inaugurou o programa Ruas de Memória, “que pretende alterar progressivamente e de maneira participativa o nome de logradouros que homenageiam violadores de direitos humanos da ditadura militar <sup>67</sup>” – o projeto, no entanto, foi

---

<sup>66</sup> Trilhas da memória e grafite em muro do cemitério agitam Perus nos dias 12 e 13/12. Disponível em: <https://movimentofabricaperus.wordpress.com/2015/12/09/trilhas-da-memoria-e-grafite-em-muro-do-cemiterio-agitam-perus-nos-dias-12-e-1312/>. Acesso em: 27 jan. 2018.

<sup>67</sup> Ruas de memória. *Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania*, 2016. Disponível em:

descontinuado pela gestão do prefeito João Doria. No mesmo ano, a Prefeitura implantou o Jardim “Pra não dizer que não falei das flores”, no Cemitério Vila Formosa, em homenagem aos desaparecidos políticos Sergio Correa e Virgílio Gomes da Silva.

A última iniciativa que se tem conhecimento é a instalação de placa no Cemitério Dom Bosco, em setembro de 2017. A placa homenageia os 31 mortos com ossadas já identificadas, enterrados na vala de Perus. Além dela, foram plantados 31 ipês no local. “A placa atende a recomendações das comissões da Verdade Nacional e Municipal de São Paulo, que sugeriram a instalação de marcas de memória nos cemitérios municipais onde foram encontrados indícios ou documentos que atestem que ali foram enterrados militantes políticos<sup>68</sup>” e foi uma parceria das Secretarias Municipais de Direitos Humanos e Cidadania, do Verde e Meio Ambiente e o Serviço Funerário do Município de São Paulo<sup>69</sup>. O projeto prevê placas em mais dois cemitérios, Cemitério da Vila Formosa e Cemitério Campo Grande, mas não se obteve confirmação da instalação destas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

História e memória, apesar de constantemente associadas, são diferentes. De acordo com Ulpiano Meneses, “a memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos

---

[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/direito\\_a\\_memoria\\_e\\_a\\_verdade/programas\\_e\\_projetos/index.php?p=221739](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/direito_a_memoria_e_a_verdade/programas_e_projetos/index.php?p=221739). Acesso em: 04 mai. 2018.

<sup>68</sup> CRUZ, Elaine P. Placa instalada no Cemitério de Perus lembra mortos durante a ditadura militar. *EBC Agência Brasil*, Direitos Humanos, 04 set. 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-09/placa-instalada-no-cemiterio-de-perus-lembra-mortos-durante>. Acesso em: 27 jan. 2018.

<sup>69</sup> Cemitérios de SP ganharão placas em homenagem às vítimas da ditadura militar. *G1*, 31 ago. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/cemiterios-de-sp-ganharao-placas-em-homenagem-as-vitimas-da-ditadura-militar.ghtml>. Acesso em: 27 jan. 2018.

de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a História, que é forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva <sup>70</sup> ". Pierre Nora caracteriza a memória como "lembrança sagrada", e a História, por sua vez, como "laicizante, crítica<sup>71</sup>". A memória pode se tornar fonte importante para o historiador, possibilitando-o realizar uma "análise da evolução das formas e dos usos do passado desenvolvidos por grupos significativos sobre um dado período" – uma *História da memória*<sup>72</sup> e este foi o objetivo deste artigo.

Pôde-se notar que, no Brasil, a memória sobre a ditadura civil-militar foi forjada no período pós-Anistia, baseada numa forte crítica ao regime e numa ideia de resistência democrática. As experiências de luta armada foram criticadas e minimizadas, tratadas como radicalismos juvenis. Essa é a memória hegemônica, que perdurou por todas as décadas apresentadas, sendo empreendida tanto pela sociedade civil quanto, mesmo que tardiamente, pelo Estado, em suas políticas públicas memoriais.

São Paulo, conforme apresentado nesse texto, empreendeu uma quantidade significativa de políticas de reconhecimento de lugares de memória e transformações de locais em sítios de consciências. Essas iniciativas, nos anos mais próximos à redemocratização, vieram principalmente da sociedade civil. A partir da década de 1990, houve um aumento significativo de envolvimento do Estado nas solicitações.

---

<sup>70</sup> MENESES, Ulpiano T. B. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34, 1992, p. 22.

<sup>71</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, n. 10, dez. 1993.

<sup>72</sup> LVOVICH, Daniel e BISQUERT, Jaquelina. La cambiante memoria de la dictadura. Discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008, p. 8-9.

Curioso notar que, no período de mais intenso debate e políticas memoriais empreendidas por governos progressistas (petistas, em sua maioria, em instância federal e municipal, no caso de SP – prefeito Fernando Haddad), é que ressurgiram as memórias simpatizantes do regime ditatorial. Atualmente, em relação a políticas de Estado municipais, com a mudança de gestão, observa-se uma ruptura com a tradição do lembrar a ditadura, não havendo mais priorização de iniciativas com esse viés.

A batalha pela memória sobre o período está cada vez mais acirrada, sendo usada para legitimar ou deslegitimar posições ideológicas em relação ao contexto político do presente.

## **BIBLIOGRAFIA**

ANTONINI, Anaclara Volpi. *Marcas da memória: o DOPS nas políticas de preservação do patrimônio cultural no centro de São Paulo*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em:

[http://www.gesp.ffmpeg.usp.br/sites/gesp.ffmpeg.usp.br/files/TGI\\_Anaclara%20Volpi%20Antonini\\_2012.pdf](http://www.gesp.ffmpeg.usp.br/sites/gesp.ffmpeg.usp.br/files/TGI_Anaclara%20Volpi%20Antonini_2012.pdf). Acesso em: 27 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. *Lugares de memória da ditadura militar em São Paulo e as homenagens ao operário Santo Dias da Silva*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

ARRUDA, Roldão. Condephaat define na segunda tombamento do DOI-Codi. *Blog Roldão Arruda, O Estado de S. Paulo*, 23 jan. 2014. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/condephaat-define-nas-segunda-27-destino-da-sede-do-doi-codi/>. Acesso em: 27 jan. 2018.

BAUER, Caroline S. *Como será o passado? História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

BRIONES, Marcia. Sítios de consciência, a memória e a comunicação. *ALCAR 2015 – 10º Encontro Nacional de História da Mídia*, UFRGS, 2015. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-alternativa/sitios-de-consciencia-a-memoria-e-a-comunicacao/at\\_download/file](http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-alternativa/sitios-de-consciencia-a-memoria-e-a-comunicacao/at_download/file). Acesso em: 27 jan. 2018.

GABNEBIN, J. M. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

LVOVICH, Daniel e BISQUERT, Jaquelina. *La cambiante memoria de la dictadura. Discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008.

MENESES, Ulpiano T. B. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34, 1992.



- NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015.
- NEVES, Deborah. Edifícios da(e) Repressão: a construção dos sentidos sociais através da patrimonialização – Maria Antônia, Arco Tiradentes, El Olimpo e Club Atlético. In: *Anais do XXI Encontro Estadual de História*, Campinas, set. 2012. Disponível em: [http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1337293063\\_ARQUIVO\\_Edificiosda\\_e\\_Repressaoaconstrucaodossentidosociaisatravesdapatrimonializacao.pdf](http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1337293063_ARQUIVO_Edificiosda_e_Repressaoaconstrucaodossentidosociaisatravesdapatrimonializacao.pdf). Acesso em: 27 jan. 2018.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, n. 10, dez. 1993.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.
- PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA. *Presídio Tiradentes*. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2014a. Disponível em: [http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/130740251278039152\\_192 PRESIDIO TIRADENTES.pdf](http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/130740251278039152_192 PRESIDIO TIRADENTES.pdf). Acesso em: 27 jan. 2018.
- \_\_\_\_\_. *Cemitério Dom Bosco*. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2014b. Disponível em: [http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/130740247271591375\\_054 CEMITERIO DOM BOSCO.pdf](http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/130740247271591375_054 CEMITERIO DOM BOSCO.pdf). Acesso em: 27 jan. 2018.
- \_\_\_\_\_. *Auditoria da Justiça Militar*. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: [http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/130834477730908594\\_FICHA\\_COMPLETA\\_AUDITORIA\\_MILITAR.pdf](http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/130834477730908594_FICHA_COMPLETA_AUDITORIA_MILITAR.pdf). Acesso em: 27 jan. 2018.
- REIS, Daniel Aarão. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda dos anos 60. In: REIS, Daniel Aarão, et. al. *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.
- ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: EdUFSCar, 2006, pp. 81-91.
- SEIXAS, Ivan A.; SOUZA, Silvana A. Comissão Nacional da Verdade e a rede de comissões estaduais, municipais e setoriais: a trajetória do Brasil. *Revista Estudos de Sociologia*, v. 20, n. 39, 2015. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/7895/5627>. Acesso em: 27 jan. 2018.
- SILVA, Elson L. M. T. *Construções da ditadura: a memória das ditaduras militares do Brasil e da Argentina em lugares edificadas*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2014.
- TEKLIK, Joanna; MESNARD, Philippe. El viaje a Auschwitz: ¿turismo de la memoria o turismo cultural? In: FLEURY, Beatrice; JACQUES, Walter. *Memorias de la piedra: ensayos em torno a lugares de detención y massacre*. Buenos Aires: Ejercitar la memoria, 2011.
- TELES, Janaína de Almeida. Ditadura e repressão: locais de recordação e memória social na cidade de São Paulo. *Lua Nova*, n. 96, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n96/0102-6445-ln-96-00191.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2018.

## FONTES

- BERTOLINO, Osvaldo. Ato no Tuca lembra 50 anos do golpe de 1964. *Blog do Renato*, 04 abr. 2014. Disponível em: <https://renatorabelo.blog.br/2014/04/04/ato-no-tuca-lembra-50-anos-do-golpe-de-1964/>. Acesso em: 27 jan. 2018.

BRASIL. Lei 9.140, de 04 de dezembro de 1995. *Diário Oficial da União*, 5 de dezembro de 1995. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9140compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140compilada.htm). Acesso em: 27 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei no 10.559, de 13 de novembro de 2002. *Diário Oficial da União*, 14 de novembro de 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10559.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10559.htm). Acesso em: 27 jan. 2018.

Câmara inaugura escultura em homenagem ao jornalista Vladimir Herzog. *Jornal da USP*, 25 out. 2016. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/camara-inaugura-escultura-em-homenagem-ao-jornalista-vladimir-herzog/>. Acesso em: 24 jun. 2018.

Cemitérios de SP ganharão placas em homenagem às vítimas da ditadura militar. *G1*, 31 ago. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/cemiterios-de-sp-ganharao-placas-em-homenagem-as-vitimas-da-ditadura-militar.ghtml>. Acesso em: 27 jan. 2018.

CRISTINA, Ane. Memorial relembra membros da USP vítimas da ditadura militar. *Jornal da USP*, 10 jan. 2018. Disponível em: <http://jornal.usp.br/cultura/memorial-da-ditadura-e-o-esquecimento-do-passado/>. Acesso em: 27 jan. 2018.

CRUZ, Elaine P. Placa instalada no Cemitério de Perus lembra mortos durante a ditadura militar. *EBC Agência Brasil*, Direitos Humanos, 04 set. 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-09/placa-instalada-no-cemiterio-de-perus-lembra-mortos-durante>. Acesso em: 27 jan. 2018.

DOMINGOS, Roney. Praça com nome de Vladimir Herzog é reinaugurada no Centro de SP. *G1*, 26 out. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/praca-com-nome-de-vladimir-herzog-e-reinaugurada-no-centro-de-sp.html>. Acesso em: 24 jun. 2018.

Evento reinaugura escultura em homenagem a Carlos Marighella. *Terra*, 04 nov. 2004. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI416437-EI1194,00-Evento+reinaugura+escultura+em+homenagem+a+Carlos+Marighella.html>. Acesso em: 27 jan. 2018.

Haddad inaugura em SP monumento em homenagem a mortos na ditadura. *G1*, 08 dez. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/12/haddad-inaugura-em-sp-monumento-em-homenagem-mortos-na-ditadura.html>. Acesso em: 27 jan. 2018.

Homenagem a Marighella causa polêmica em SP. *Diário do Grande ABC*, Nacional, 03 nov. 1999. Disponível em: <http://www.dgabc.com.br/Noticia/175084/homenagem-a-marighella-causa-polemica-em-sp>. Acesso em: 27 jan. 2018.

Marcas da Memória III – 2012. *Ministério da Justiça e Segurança Pública*. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/projetos/marcas-da-memoria-iii-2012>. Acesso em: 27 jan. 2018.

MORENO, Ana Carolina. Reitoria da USP retira placa de obra que falava em 'Revolução de 1964'. *G1*, 04 out. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/10/reitoria-da-usp-retira-placa-de-obra-que-falava-em-revolucao-de-1964.html>. Acesso em: 27 jan. 2018.

Nas velhas celas do Dops, Memorial da Resistência. *O Estado de S. Paulo*, Política, 02 mai. 2008. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nas-velhas-celas-do-dops-memorial-da-resistencia,166247>. Acesso em: 27 jan. 2018.

ORSI, Carlos. Tombamento pelos tombados. *Jornal da Unicamp*, n. 592, 2014. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/592/tombamento-pelos-tombados>. Acesso em: 04 mai. 2018.

Praça Vladimir Herzog é inaugurada no centro de SP. *Catraca Livre*, 24 out. 2013. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/sp/arquivo/indicacao/praca-vladimir-herzog-e-inaugurada-no-centro-de-sp/>. Acesso em: 25 jun. 2018.

Prédio onde funcionou DOI-Codi de São Paulo é tombado. *Carta Capital*, Sociedade, 28 jan. 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/predio-onde-funcionou-doi-codi-de-sao-paulo-e-tombado-5490.html>. Acesso em: 27 jan. 2018.

RODRIGUES, Marly; FRAGONI, Walter. Parecer Processo n. 31720/94 – Condephaat. 26 jan. 1994. Disponível em: [http://www4.pucsp.br/comissaodaverdade/downloads/tuca/o-incendio-e-a-reconstrucao/processo\\_31720-94-tombamento-tuca-e-puc.pdf](http://www4.pucsp.br/comissaodaverdade/downloads/tuca/o-incendio-e-a-reconstrucao/processo_31720-94-tombamento-tuca-e-puc.pdf). Acesso em: 27 jan. 2018.

Ruas de memória. *Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania*, 2016. Disponível em: [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/direito\\_a\\_memoria\\_e\\_a\\_verdade/programas\\_e\\_projetos/index.php?p=221739](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/direito_a_memoria_e_a_verdade/programas_e_projetos/index.php?p=221739). Acesso em: 04 mai. 2018.

SÃO PAULO (Cidade). Decreto n. 38.569, de 3 de novembro de 1999. *Diário Oficial do Município de São Paulo*, 4 nov. 1999, p. 1.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 46.508, de 21 de janeiro de 2002. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2002/decreto-46508-21.01.2002.html>. Acesso em: 27 jan. 2018.

URIBE, Gustavo. USP planeja memorial para mortos e desaparecidos na ditadura. *Folha de S. Paulo*, Poder, 22 abr. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1443828-usp-planeja-memorial-para-mortos-e-desaparecidos-na-ditadura.shtml>. Acesso em: 27 jan. 2018.